
KOBE – GAC: acompanhamento dos questões específicas
Sábado, 9 de março de 2019 – 15h15 às 16h45 JST
ICANN64 | Kobe, Japão

MANAL ISMAIL: Por favor, vão ocupando os seus lugares, que vamos começar daqui há um minuto.

DESCONHECIDO: *Good afternoon. This is the GAC Follow Up on Specific Issues.*

MANAL ISMAIL: Muito bem. Vamos começar com a Sessão sobre Códigos de Dois Caracteres. Eu peço, por favor, que coloquem a apresentação aqui na tela. E que Thiago, por favor, chegue aqui até o painel.

Dou as boas-vindas aqui à esta sala. Vamos começar, então com a sessão sobre três assuntos, que tem a ver com o acompanhamento da assessoria prévia do GAC. Como falei antes, temos nossa agenda preparada ou separada em blocos. Este bloco vai das 15:15h até 16:45h. E vamos falar sobre os códigos de dois caracteres, a proteção das OIGs e .amazon.

Vamos começar então, com o tema dos códigos de dois caracteres. Está aqui, o Thiago que é vice-presidente do GAC e

Observação: O conteúdo deste documento é produto resultante da transcrição de um arquivo de áudio para um arquivo de texto. Ainda levando em conta que a transcrição é fiel ao áudio na sua maior proporção, em alguns casos pode estar incompleta ou inexata por falta de fidelidade do áudio, bem como pode ter sido corrigida gramaticalmente para melhorar a qualidade e compreensão do texto. Esta transcrição é proporcionada como material adicional ao arquivo de áudio, mas não deve ser considerada como registro oficial.

representante do Brasil. responsável por este tema perante o GAC. E eu passo a palavra a ele.

THIAGO JARDIM:

Muito obrigado, Manal. Sou Thiago Jardim para os registros. Vamos começar, então com o tratamento destes três assuntos de interesse para o GAC.

O código de dois caracteres, em primeiro lugar, vamos ver rapidamente os slides e depois, vamos receber perguntas, caso existam.

Para aqueles, que são novos nesse Comitê, a situação atual com respeito ao uso, preparação dos códigos de país, de dois caracteres no segundo nível dos novos gTLDs é a seguinte: o regime, que está atualmente em vigor, permite que os operadores de registros registrem e permitam o uso dos códigos de país no segundo nível, sem que exista a necessidade de obter autorização prévia dos países sem notificar previamente, os administradores dos códigos de país ou aos próprios governos, sem consulta prévia. Esta é a situação atual.

Esta situação atual é resultado de uma autorização geral emitida pelo Board da ICANN, com a condição de que os operadores de registros utilizassem medidas para evitar a confusão no uso dos

códigos de país correspondente. Mais especificamente, isso apareceu como problema em 2016.

Na última reunião da ICANN, tivemos a oportunidade de discutir um documento informativo, que preparamos sobre este tema, que mencionava que havia algumas preocupações com respeito a este processo atual. As preocupações continuavam ali, existindo por muitos membros do GAC, percebiam que a autorização geral, emitida em 2016, que estabelecia um modelo utilizado atualmente para uso de caracteres dos países a segundo nível, modificou uma coisa que existia no passado. E que tinha base na percepção desses países na assessoria do GAC. Este sistema exigia que os administradores, aos governos desses países fossem consultados e notificados antes de poder dar o uso, permitir o uso desses códigos de dois caracteres.

Seguinte slide, por favor. Aqui na tela, vem as preocupações, que foram identificadas neste documento tratado em Barcelona. Há diferentes preocupações. Tem a ver com a liberação dos códigos de país no segundo nível e incluem, que os países percam possibilidade de desenvolver algum papel, função dentro do processo de liberação. E em segundo lugar, que o Board da ICANN decida, que se mude o procedimento ou que muda o procedimento, para que agora já não sejam consultados os governos, nem notificados. Para muitos, este ponto, para muitos

membros do GAC, o Board não deu, não forneceu uma informação satisfatória nesse ponto.

E a terceira questão é que o Board não tomou nenhuma medida para evitar consequências posteriores pela mudança no procedimento.

No documento, que tratamos na reunião de Barcelona, preparado com a ajuda de muitos membros do GAC, foi considerado que existiam falhas no procedimento consideradas graves na tomada de decisões, que levou a essa mudança no processo de liberação dos códigos de país de dois caracteres.

Em primeiro lugar, o Board tomou uma decisão, que afetou de forma significativa um processo, que estava submetido ao assessoramento do GAC, em especial, o assessoramento do GAC, que ainda estava pendente. E em segundo lugar, o Board tomou uma decisão, que além disso, pode afetar o procedimento que estava sujeito à assessoria do GAC e pendente desse assessoramento. Este procedimento também afetou um processo, modificando o processo que estava estabelecido, por causa dessa recomendação. Também, como parte dessas falhas de procedimento, segundo o ponto de vista de vários membros do GAC, se passou que a decisão do Board ditas [inaudível] de 2016, tinha a ver com o procedimento a respeito do qual existia muitas incertezas ainda. É verdade que, inclusive para alguns

membros do GAC, não havia clareza quanto ao que estava em jogo. Pensávamos que o Board, pensamos que pelo menos o Board, devia ter entrado em contato, passando mais informação ao GAC para responder, para esclarecer essas preocupações ou pontos escuros antes de tomar uma decisão.

A conclusão a qual chegamos estão aqui na tela. Como consequência desse documento que tratamos em Barcelona e são as seguintes: que o processo de autorização, que estabeleceu o Board, não era congruente, coincidente com o assessoramento do GAC. Porque o GAC recomendou um procedimento através do qual se notificasse e avisasse os países sobre a liberação desses códigos de país. Por sua vez, se estabeleceu esse procedimento de autorização, como consequência da assessoria do GAC. Dessa forma, o Board dizia que estava implementando o assessoramento do GAC, mas com independência desses dois fatores, o Board modificou esse procedimento de autorização e retirou da prática. E se considera então, que a eliminação desse processo de autorização não é coincidente com o assessoramento do GAC.

Os últimos acontecimentos, com base nesse documento de informação, cujos principais pontos acabo de compartilhar com vocês, o GAC em Barcelona pensou que seria uma boa ideia dar assessoria ao Board sobre esse tema, essa matéria, mais uma vez. E na assessoria, o que fez o GAC, foi solicitar ao Board que

explicasse por escrito, como e por que considera que está sendo implementado o assessoramento do GAC sobre essa matéria; como é que está se respeitando a assessoria feita pelo GAC. Esse foi o primeiro pedido ou solicitação. Pedimos ao Board, que explicasse novamente por escrito se a resolução, que modificou o procedimento de autorização era compatível com a assessoria do GAC nesse tema. Ou seja, são as solicitações de explicação, que se limitaram a ver se essa decisão era compatível com a assessoria do GAC, a respeito do tema.

E o terceiro elemento, em realidade, é uma solicitação para uma ação positiva e que se solicitava que o Board garantisse, que as resoluções previamente fornecidas pelo GAC, nas quais se pedia uma participação direta da organização da ICANN, com os membros do GAC, se implementasse completamente e que se estabelecesse essa participação e diálogo direto com os governos correspondentes, para poder abordar suas preocupações.

Devido a assessoria do GAC, o Board reagiu e publicou um documento muito extenso, supostamente, a resposta as nossas preocupações. Nós fizemos várias solicitações e o Board emitiu um memo sobre a implementação do procedimento de liberação, uma explicação breve dos eventos que levaram a modificação no ano 2016. Modificações que como disse, acabaram na retirada do processo de autorização, ou seja, os

governos não tinham nenhum papel ali. E nós queremos uma resposta ponto-a-ponto no documento da ICANN 63. É o documento, na qual nós chegamos a conclusão de que o Board não tinha respeitado o que o GAC tinha pedido.

E também, o Board fez um documento de 26 páginas, que é uma resenha histórica dos eventos com acontecimentos, que levaram a resolução do Board, mas do que essa nota ou memo. Também explica ali, como foi tratado o assessoramento fornecido pelo GAC. É um registros das comunicações com o GAC, os governos e administradores de ccTLDs. A 27 de janeiro desse ano, o Board abordou a assessoria oferecida pelo GAC na resolução tal como se vê no painel de comando do Board.

Fabien, acho que não preparamos nenhum slide, onde nós possamos ver a resposta do Board e os diferentes elementos de assessoria do GAC.

Podemos voltar, então para o slide anterior? Para poder avançar. Vocês tem isso na frente de vocês e basicamente, essa é a resposta a assessoria fornecida pelo GAC. Todos os interessados, convido que vejam, qual é, o que apresentou o Board, onde se explica como deveriam ser respondidas as nossas solicitações. Eu convido a que vejam essa informação, porque temos que nos colocar se essas explicações são suficientes, satisfatórias e se já deveríamos deixar esse tema de vez.

Mas ao mesmo tempo, há outro aspecto que tem a ver com as preocupações dos países, que foi tratado não nas respostas, mas em alguns aspectos das preocupações vinculadas com as solicitações, onde alguns países pediam uma ferramenta para poder monitorar o uso dos códigos de país no segundo nível. Isso levou a uma resposta do Board, que vocês veem aqui na tela. Em 26 de fevereiro, a organização ICANN introduziu a ferramenta de busca de registro dos códigos de países no website do GAC. Então, qualquer representante de um país, membro do GAC, que quiser ver quantos dos códigos de país foram registrados no segundo nível com os novos gTLDs e qualquer gTLD pode acessar ao website e poderá acessar a informação, que está buscando. Essa ferramenta ainda tem que melhorar, tem que ser aperfeiçoada. Então, agradecemos os comentários, que vocês tiverem para ver se essa ferramenta é de utilidade para nós.

Eu acho que passo ao último slide, agora. A proposta para a ação, que poderia tomar o Board antes de... na nossa frente, temos essa questão. As preocupações do GAC no seu conjunto de alguns membros, em especificamente, foram tratadas com relação ao uso dos códigos de dois caracteres no segundo nível foram tratadas e respondidas de maneira satisfatória. Com esses últimos acontecimentos, estamos satisfeitos com a resposta, que deu o Board. Estamos satisfeitos com essa ferramenta, que nos permite verificar se existe algum uso indevido desses códigos de

país do segundo nível. Acho que essa é a pergunta necessária e talvez não possamos responder essa pergunta, sem que cada um de nós reveja em detalhe, esses documentos preparados pelo Board. Eu devo confessar que não tive tempo suficiente para ler quase 50 páginas de documentação fornecida pelo Board, com relação a sua decisão. Talvez, poderíamos pedir uma versão abreviada da sua resposta.

Isso é tudo, como apresentação inicial. Não sei se tem perguntas, comentários. Com muito prazer, vou recebê-los.

MANAL ISMAIL:

Feng da China, tem a palavra.

GUO FENG:

Obrigado, Manal. Sou Guo Feng da China, para que conste nos registros. Quero agradecer o Thiago pelo excelente trabalho, pela coordenação de todos esse processos. Também acho que é de grande valor os esclarecimentos dos procedimentos e com relação aos códigos de dois caracteres. Nos últimos meses, o Board da ICANN e a ICANN como organização, estiveram nesses acontecimentos e acho que essa é a única ferramenta, que temos para verificar o uso desses códigos no segundo nível e que também é útil. É uma boa abordagem, é um passo a frente, mas para responder a última pergunta colocada, o último slide; eu

queria expressar que os códigos de dois caracteres para muitos membros do GAC são um tema muito importante, pelo menos, para o governo que eu represento, para a China, é uma questão de fundo importante. E sempre podemos esclarecer o que tem a ver com a forma, os procedimentos. Mas aqui há uma questão de fundo, quanto a como proceder com essa discussão.

Para ser franco, não tenho uma boa ideia para propor. Então, quero ver se outros membros do GAC tem ideias e tem alguma ideia construtiva. Acho que devemos evitar um diálogo agora ou melhor, um ponto morto nesse diálogo.

MANAL ISMAIL:

Como disse Thiago, acho que agora, a forma de proceder é de ler a documentação, que o Board deu em resposta a assessoria do GAC; provar essa ferramenta, porque estamos esperando seus comentários. Houve um seminário web, organizado antes da reunião de Kobe, para experimentar o uso da ferramenta. Os que não participaram do seminário, quero avisar que foi gravado. Por favor, ouçam essas gravações, experimentem com essa ferramenta, leiam a documentação. Acordamos que Montreal devia ser uma reunião baliza, para ter os comentários finais sobre esse tema. Mas vamos estar coletando as opiniões de todos vocês nos próximos meses, a partir de hoje até o momento da reunião em Montreal.

Tem a palavra agora, a Dinamarca.

DINAMARCA:

Obrigado, Thiago. Obrigado, Manal. Quando apresentou os dados, me deu a sensação de que o GAC tinha determinado, que havia uma incongruência por parte do Board com relação a assessoria do GAC. Acho que isto foi uma questão, na qual nós fizemos algumas perguntas para o Board, para ver se realmente tinha havido um erro de procedimento. Mas nós não determinamos nada. Li todos os documentos do Board. Admito que são muito extensos. Não está tudo claro. Nós no GAC, elaboramos alguns documentos, mas também não eram o suficientemente claros. Acho que devemos continuar aprofundando. Existe a necessidade de que exista aqui, de que haja aqui uma conversa real para ver se realmente houve uma incongruência por parte do Board. Certamente, acho que não estamos em posição de dizer, que houve algum erro de procedimento ou de forma nesse momento.

THIAGO JARDIM:

Obrigado, Dinamarca. Muito obrigado pelos comentários, perguntas. E houve pergunta na sua intervenção? Não sei. Quero esclarecer o que eu disse antes. De fato, há um slide que, de forma categórica, diz que a retirada do processo de autorização era incongruente com a assessoria do GAC. Mas o ponto aqui é que

essa afirmação estava contida no documento informativo, que nós preparamos. Eu fui quem o preparou, como responsável do GAC sobre o tema e com a contribuição de outros membros.

Essa é uma afirmação, que continua sendo verdadeira, real para muitos países, principalmente os que participaram no documento. Mas não reflete o pensamento do GAC, como foi feito na reunião. Esse documento foi apresentado ao Board e a solicitação, que fez o GAC ao Board com a assessoria oferecida em Barcelona, é que o Board explique como um processo que levou a retirada do processo de autorização, coincidia com o acesso total.

E isso não prejudica a legitimidade desse tema, da retirada do processo. O GAC queria fazer essa solicitação e o Board deu uma resposta com muitas páginas sobre o tema. Em resumo, basicamente, disse que o documento informativo estava errado. Muitos membros pensavam que a retirada do processo de autorização era contrário a assessoria do GAC. A opinião no Board é que isso não está fundamentado.

Então, temos alguns países do GAC, que expressaram as suas preocupações pela legitimidade e o Board disse ou diz, que estão errados. É basicamente essa a situação.

MANAL ISMAIL: Obrigado, Thiago. Algum outro comentário? Alguém quer a palavra? Kavouss, por favor.

KAVOUSS ARASTEH: Boa tarde a todos. Acabo de chegar a reunião, porque estava participando de outra. Muito obrigado, Thiago pelo trabalho ativo, que realizou a esse respeito.

Eu li a resposta do Board da ICANN, não as 26 páginas dos documentos de apoio. Eu poderia dizer nesse momento, ponto a ponto, se há uma resposta clara, porque devo estudá-lo com mais atenção. Mas acho que não mudaram a posição. A posição é exatamente a mesma que tinham antes. Decidiram mudar o processo em novembro de 2016 e continuam mantendo-se firme nesse aspecto. Mas para analisar com cuidado e com atenção isso, precisamos de tempo. Infelizmente, temos muito trabalho, muita pressão com outras atividades, que nos impediram de fazer esse trabalho.

Então, sugiro a presidência, que nesse momento, não tenhamos nenhuma reação rápida para nenhum dos dois lados, nem positiva, nem negativa. Que temos que considerar a carta, devido a sua complexidade, como material de apoio volumoso e o tema sensível, precisamos de tempo para analisá-lo. Então, vamos responder assim que pudermos. Assim que possível é uma

expressão, que eu não gosto, mas temos que fazê-lo, porque não há outra coisa.

Eu li e a minha reação é que não estou convicto, de que tenha feito mais alguma coisa do que disseram há muitos anos atrás. Realmente, não queriam essas autorizações. Mudaram isto para levar um processo de confusão, que não entendo o que significa; quem decide; se há confusão, quem decide sobre ela, quem pode eliminar, etc e etc. Em verdade, não quero dizer nada, nem para um lado, nem para o outro. Mas acho que temos, que analisar isso com muito cuidado e atenção.

MANAL ISMAIL:

Obrigado, Kavouss. Estou de acordo, em que precisamos de mais tempo e que nem todos conseguiram analisar a documentação completa. E por esse motivo, eu estou de acordo com todos, de que precisamos de tempo para ler essa documentação, ler as sugestões do Board, escutar as gravações dos seminários web, ver quais foram as perguntas e como mencionei antes, Montreal é a nossa data limite. Temos então, alguns meses para decidir e eu sugiro a todos, a que não fiquem apenas com a história. Isso é apenas marcar os antecedentes para ver onde estamos parados, de onde estamos vindo e terminemos olhando para o futuro, para ver se podemos conseguir uma resposta satisfatória para os membros do GAC e para todos.

Alguém mais quer fazer alguma intervenção?

FRANÇA:

Falando em nome da França, eu vou dizer que estou totalmente de acordo com Thiago, no que tem a ver com o processo em si. Eu acho que há vários vácuos no processo, na decisão tomada pelo Board. Nesse ponto, sabemos que há muitos países, que concordam com o sugerido. Mas o Thiago, marca que não existiu consenso aqui no GAC. Mas eu acho que vários apoiam esse ponto de vista. Então, o Board não está de acordo com essa posição. Há muito tempo, que estamos debatendo este tema e eu acho que, também devemos nos concentrar no que tem a ver com a questão central. E analisar daqui para o futuro.

Há uma questão central básica de mérito, que era a confusão nos códigos de dois caracteres dentro da história da ICANN, porque esses dois caracteres pertencem aos governos e se bem, podem ser utilizados a segundo nível. E existia antes o risco de uma confusão de parte dos usuários. Agora, temos uma ferramenta que foi desenhada pela organização ICANN, para que os membros então, possam ver se esse código se utiliza, que TLDs o utiliza, se há motivos para que termine sendo confuso ou não. Então, este também é outro ponto importante, porque talvez, na próxima reunião em Montreal ou Marrakesh; talvez, a organização ICANN apresente o relatório atualizado, dizendo

esses são os países que verificaram o uso, houve algum problema na identificação, houve alguma confusão ou não. Talvez ter relatórios atualizados sobre este tema, para ver se existe o risco e se então, existe o risco ver que [inaudível] a respeito, ver se o registrador tem que tomar alguma medida para evitar essa confusão. Então, devemos nos concentrar na ferramenta para ver, na verdade, se podemos gerir esses riscos daqui para o futuro. Obrigado.

MANAL ISMAIL:

Obrigado, França. Está o Reino Unido e depois, precisamos avançar. Reino Unido?

PAUL BLAKER:

Eu não vou falar sobre os temas principais ou centrais aqui, mas eu quero fazer uma pergunta sobre o que é o estado desta apresentação. Porque também vejo que na parte de cima, vemos as marcas, os logos da ICANN e do GAC. Alguma questão da apresentação, pelo qual, não sei se está se falando sobre todo o GAC, sobre alguns membros do GAC. Então, quero mencionar que essas apresentações não está apoiado por todo o GAC, mas que é apenas uma apresentação de um dos vice-presidentes. Para que fique claro, e que todos entendamos a mesma coisa.

THIAGO JARDIM: Obrigado ao Reino Unido pela pergunta. Estou olhando aqui o pessoal do GAC. Não sei se podem confirmar que está em meu nome, no começo dessas imagens. Se bem, eu não preparei. Eu vi quando estava terminado, o trabalho. Mas eu, durante a apresentação, quis deixar em claro, especialmente, no que tem a ver com a declaração. E isto não está apresentada como um consenso do GAC ao respeito, mas levamos em conta, porque o título diz: temas debatidos ou questões debatidas na ICANN 63. Isso sim tem a ver com um relatório, que eu apresentei perante o GAC. Mas eu acho, que fica claro nos registros, que as declarações que tem a ver com a ação ou não do Board, se tinha equilíbrio ou não com o assessoramento do GAC. Essas declarações não refletem, necessariamente, a visão do GAC, mas de alguns dos membros que participaram nesse debate em Barcelona. Obrigado.

MANA ISMAIL: Obrigado, Thiago e obrigado também a todos. Talvez, podemos passar então, ao nosso seguinte tema que é a proteção das OIGs e OINGs. Podemos apresentar as imagens aqui na tela, por favor?

Eu sei que não está a OECD nesta reunião. Eu não sei se a OMPI está aqui presente. Sim, Bryan, quer chegar até aqui? Até a mesa principal?

Passando então, ao seguinte slide, aqui temos alguns antecedentes para que todos possamos entender este nomes [inaudível], que estão dentro de um sistema poli funcional de proteção e que vem de diferentes processos da ICANN. No domínio de alto nível, os identificadores das OIGs, estão identificados segundo o guia do solicitante de novos gTLDs de 2012. Onde podiam ser apresentados objeções a estas solicitações de gTLDs, nomes completos na lista do GAC, das OITs estão reservados de forma permanente no nível superior, conforme a resolução do Board da ICANN de 30 de abril de 2014, que adota a recomendação da política da GNSO, que estão em concordância e que não são incongruentes com o assessoramento do GAC ao segundo nível, os identificadores da OIGs. É que os nomes completos das ONGs, que estão nas listas do GAC, estão protegidos de forma permanente em dois idiomas. E existe aqui hipervínculos, onde podem ser verificados o que consta atualmente na lista. E com uma nova política de consenso, que entrou em vigor em primeiro de agosto de 2018, está sendo implementado agora, atualmente.

Quanto aos acrônimos e siglas, também há um hipervínculo, tem uma proteção temporária. Esses acrônimos, conforme a resolução do Board de 9 de janeiro de 2014, que existem aqui cinco grandes centros que são as recomendações de políticas da GNSO atuais e o assessoramento do GAC, que inclui a

consideração do relatório final objetado ou contestado, deu acesso as OIGs ou OINGs, os mecanismos de proteção de direitos.

Se pudéssemos passar ao próximo slide, aqui veríamos ou podemos ver que as questões tem a ver em primeiro lugar com garantir que a lista de OIG do GAC esteja atualizada, seja completa e que se mantenha a sua atualização no futuro, para que isso esteja de acordo com o assessoramento do GAC anterior. E também tentar de resolver as questões, que faz tempo estão pendentes e tem a ver com a divergência do assessoramento de políticas, que foi dado ao Board através do GAC, tanto da parte da GNSO como do GAC, quanto a regime de proteção aos acrônimos e siglas [inaudível] especificamente, o que tem a ver com as preocupações das OIGs a respeito das suas imunidades, quanto a legislação nacional ou internacional e as propostas vinculadas, que não foram levadas em conta, de forma adequada no relatório final do grupo de trabalho de EPDP da GNSO sobre o acesso as OIGs aos mecanismos de proteção de direitos.

Estes são os pontos específicos no seguinte slide. No que tem a ver com os últimos acontecimentos, eu acho que já falei disso durante a sessão anterior.

Em 30 de maio de 2018, como resposta ao assessoramento de San Juan, o Board da ICANN resolveu postergar as ações sobre este

tema para poder avaliar então, a possibilidade do pedido do GAC. Isto tem a ver com manter a lista de OIGs do GAC.

Em 20 de outubro de 2018, os representantes da organização ICANN da OMPI e a presidência do GAC, entraram em acordo sobre os princípios de colaboração, sobre este tema.

Em janeiro de 2019, a organização ICANN formou uma equipe de projeto para um período inicial de três meses para avaliar a possibilidade do pedido do GAC e tentar também atualizar a lista de OIG.

Conseguimos avançar bastante entre as reuniões presenciais, como já manifestou a imagem. Nos reunimos em Barcelona com a organização ICANN e eles entregaram recursos para manter ou para completar ou preencher a lista, e que ela seja precisa. É um projeto de três meses de duração, liderado pela Nigel Hickson, que está aqui conosco na sala. Estamos trabalhando com a OCD, a [inaudível] e a OMPI para poder preencher, completar e falar com as OIGs para que confirmem elas. Então, os nomes estão igual aparecem na lista e também os dois idiomas, nos quais querem preservar esses nomes. E Bryan, a qualquer momento, pode também participar.

Então, o que precisamos agora é confirmar então, esta alinhamento com os planos de resultados atuais, o que tem a ver com os objetivos do GAC. E debater também as funções do GAC

ao longo prazo, quanto a manutenção desta lista. Deram três meses, neste caso. Mas obviamente, talvez, precisamos eliminar ou acrescentar alguma coisa da lista ou modificar. E temos que pensar então, nestes pontos. Com o que tem a ver, manter atualizada esta lista e que seja precisa, fiel.

Se passamos ao seguinte slide, aqui temos algumas estatísticas e números, que nos passou Nigel. Não sei se quer falar sobre estes pontos. Obrigado.

NIGEL HICKSON:

Esta informação é apenas uma imagem deste processo de três meses, que foi já explicado. Essencialmente, o que estamos fazendo é tomar 192 nomes de OIGs, que aparecem na lista, que foi reunida pelo GAC e nesses nomes, analisamos se há algum detalhe de contato para esses nomes e quando eles não aparecem, tentamos entrar em contato com essas OIGs para conseguir esses dados de contato ou através de correio eletrônico ou outros, através de ligações.

Entramos em acordo depois e redigimos uma nota com ajuda do nosso presidente e as autoridades do GAC, a OMPI, a OCD. E enviamos essas cartas a todas as OIGs, para que confirmem o nome, que querem utilizar para essa proteção de segundo nível. Porque obviamente é muito importante, a forma exata do nome. Se é um texto em latim, de latino ou não. Tem que estar protegido

a segundo nível. Para ver que está informado de maneira correta e eu até poderia dizer, que a proteção queria que fosse em duas línguas, em inglês e espanhol ou inglês e francês. Enfim, esta é a essência do projeto.

Também existem outras OIGs adicionais, que foram identificadas depois. Identificadas essas 192 no ano de 2013, porque como sabem, as organizações internacionais que aparecem e desaparecem, vemos que vão mudando com os anos.

Então, este é um projeto para atualizar, basicamente esta lista, para ter a certeza então de que a política de consenso, que foi acordada pela comunidade, pode ser implementada de forma ou de maneira eficaz.

Quanto aos passos para o futuro, seria [inaudível] as OIGs, que vão ter que confirmar então o nome e a eleição das duas línguas, em que vão aparecer.

MANAL ISMAIL:

Obrigado, Nigel. Obrigado também aos outros membros, o pessoal da ICANN, que está nos ajudando nesse tema. Brian, quer acrescentar alguma outra coisa?

BRIAN BECKHAM:

Obrigado, senhor presidente. Obrigado, Manal. Quero dizer que estamos avançando com o pessoal da ICANN. Agradecemos os esforços e recursos destinados a isso, para poder arregaçar as mangas, chegar as OIGs, falar com eles e proteger seus nomes. Manal deu um panorama geral antes.

O que eu quero comentar, é se existe algum detalhe ou ponto específico, principalmente nos documentos de informação preparados pela secretaria da ICANN, o que é dentro do material que vocês receberam no 2.2. O único que quero adicionar, como antecedente, é que o esforço atual para dar um nível de proteção as OIGs dentro desse novo panorama do gTLDs e OIGs, tem a ver com os princípios do GAC de 2007, que tinha a ver com que esses novos processos tinham que proteger direitos, principalmente, direitos aos nomes das OIGs. Esse é um tema de longa data. A assessoria do GAC também é de longa data, a esse respeito.

Quanto a lista dos nomes completos, Manal mencionou antes, que as siglas e acrônimos estão protegidas temporariamente, conforme uma resolução do Board. Há um grupo de trabalho sob o auspício da GNSO. E pensamos que isso não reflete adequadamente, o status exclusivo que tem as OIGs, como órgãos internacionais sob legislação internacional.

E na página 4, do documento que vocês receberam, há uma lista das ações propostas pelo GAC para esta reunião. Na página 12,

tem uma lista muito útil sobre informação, que deram as OIGs através desse processo de desenvolvimento de políticas. Então, estamos aqui para responder perguntas, trabalhar com as autoridades e posso dizê-lo, desse jeito mesmo, como se fosse o ovo e a galinha, no que respeita ao diálogo entre o GAC e o conselho da GNSO, facilitado pelo Board. E agradecemos a todos, o apoio oferecido até hoje.

MANAL ISMAIL:

Obrigado, Brian. E para que conste nos registros, o palestrante anterior era Brian da OMPI. Vamos passar então agora, para a próxima parte da nossa discussão ou debate, que é o acesso das OIGs aos mecanismos corretivos de proteção de direitos. Novamente, aqui vemos os últimos acontecimentos a 17 de julho de 2018, os grupos de trabalho sobre os PDPs apresentam o seu relatório final. A 27 desse mesmo mês, as OIGs questionaram o relatório final numa carta de parte do Secretário Geral Adjunto das Nações Unidas do Escritório de Assuntos Legais. A 21 de outubro de 2018, o GAC expressou sua séria preocupação por esse relatório dado, o claro conflito entre suas conclusões e assessoria de longa data do GAC, numa carta a presidência do Conselho da GNSO.

No comunicado, na reunião de Barcelona, o GAC assessorou a 17 de julho, dizendo ao Board, que facilite um diálogo,

encaminhado a busca de soluções de fundo, entre a GNSO e o GAC num esforço por resolver o tema de longa data, proteção das OIGs. A 27 de janeiro de 2019, o Board confirmou a sua disposição a facilitar um debate substancial, encaminhada a soluções.

Vamos passar agora para o seguinte slide. Como disse antes, se produziu um diálogo construtivo entre as reuniões com a GNSO. Desde a reunião de Barcelona, tivemos uma ligação entre as autoridades e outra com a participação de alguns membros da GNSO e do GAC, para tratar especificamente esse tema.

Ainda não tomaram uma decisão. Estão trabalhando de maneira construtiva conosco para tomar uma decisão informada e atualmente, as opções consideradas são quatro: aprovar o relatório final e transmiti-lo ao Board ou não aceitar o relatório final e reiniciar o trabalho com um capítulo novo ou não aceitar o relatório final e passá-lo para o grupo de trabalho sobre o PDP dos mecanismos corretivos de proteção de direitos ou não aprovar as recomendações de 1 à 4 e emitir a recomendação 5 ao PDP, que se encarrega desses mecanismos ou melhor, ao grupo de trabalho desse PDP, que se dedica a esses mecanismos.

Então, para a nossa reunião com a GNSO, amanhã, temos que considerar que existem essas quatro opções. E eles formularam algumas perguntas concretas. Nós temos que pensar nessas perguntas e amanhã, na GNSO, temos que poder expressar as

nossas opiniões para que eles possam tomar uma decisão depois, com base a informação.

As partes interessadas entre os membros do GAC estariam dispostas a participar, disponíveis para fazê-lo? Essa seria a primeira pergunta. Excluindo a primeira opção, que é de aprovar o relatório final. Se nós excluirmos essa opção e pensarmos nas outras três que ficam. As partes interessadas do GAC estariam dispostas e disponíveis para participar, o GAC tem opiniões sobre a eficácia das recentes experiências no EPDP e na Área de Trabalho 5, no PDP, nos procedimentos posteriores a introdução do grupo, dos novos gTLDs. O GAC vê o grupo de trabalho sobre o PDP dos mecanismos de proteção de direitos, como âmbito adequado, possivelmente ou há alguma outra sugestão para ver de chegar a uma solução razoável?

Então, aqui estou apresentando as perguntas agora, para que todos pensem entre hoje e amanhã, expressem as suas opiniões para poder ter amanhã, uma discussão interativa, frutífera com a GNSO. Como já disse, eles se viraram de maneira muito construtiva, com boa disposição a escutar as opiniões do GAC e precisam de um sinal da nossa parte, para indicar que estamos dispostos a fazer o mesmo. Tem alguma opinião?

Então, a proposta para o agir do GAC não é nos prepararmos um diálogo eficaz com a GNSO amanhã e fazer um acompanhamento

ou seguimento com o Board, ICANN e GNSO sobre o início desse diálogo de fundo, para resolver o tema de longa data da proteção das OIGs. A intenção principal nesse momento é que vocês estejam a par, de qual estado de situação atual com a GNSO e que conheçam essas perguntas com antecipação, para estarem preparados e terem um diálogo interativo com GNSO.

Brian?

BRIAN BECKHAM:

Fala o representante da OMPI, Brian Beckham, para que conste nos registros. Em adição a algumas das perguntas apresentadas, quero que prestem atenção a página 13 dos materiais informativos, no primeiro item, é um relatório de questões importantes da ICANN de 2007, que propõe uma solução ao tema. Na página 12, na parte central, há uma proposta apresentada por um grupo pequeno de OIGs.

A proposta tinha a ver com mostrar o uso do desenho de política para nomes de domínios uniformes existente, para os titulares de marcas comerciais para ter um mecanismo de proteção de direitos para as OIGs similar, que mostrasse seu estado sob o direito internacional. Ou seja, com alguns privilégios, imunidades.

Uma das questões centrais, nas que tem que centrar o GAC e o Conselho, em que 2008 e 2016, houve proposta de soluções para esse tema. Essas soluções foram apresentadas ao grupo de trabalho, que produziu as respostas que iam contra isto. E a nossa percepção é que o Conselho, para sermos francos, está tentando desdesenhar a realidade do que aconteceu nesse grupo de trabalho, que elaborou essas recomendações e contra a assessoria do GAC. Talvez, tem a ver com um tema mais importante para o processo de PDP, em relação com o modelo de multi-stakeholder. Achamos importante, que esse processo seja conhecido, já que chegou a esse resultado.

MANAL ISMAIL: Suíça tem a palavra.

JORGE CANCIO: Obrigado, Manal. Fala Jorge Cancio, para que conste nos registros. Suponho que há oportunidade para preparar as perguntas, estava olhando o programa para amanhã. Não vi se vamos ter alguma sessão preparatória para a reunião com a GNSO. Portanto, acho que temos que aprofundar na questão de fundo. E embora, entenda plenamente, apoio o que acaba de mencionar Brian, não é surpresa isso de que estamos apoiando a posição das OIGs durante vários anos, em forma constante. Também temos que ser conscientes de qual a posição do

Conselho da GNSO. Pode restar a opção de que o Conselho da GNSO, adotasse uma posição mais substancial para analisar o relatório do grupo de trabalho sobre PDP das proteções. Mas não vou fazê-lo, porque eles entendem que essas são regras, que tem a ver especificamente com o procedimento. E como entendo, conforme participei, o que vi no Conselho da GNSO, eles tem inteiramente duas opções: ou avançam com as recomendações do grupo de trabalho sobre o PDP, tentando não se concentrar na questão de fundo, apenas se concentrando na questão da forma. Ou recomendam reiniciar o trabalho, quer no mesmo grupo de trabalho sobre esse PDP ou em outro novo. Nesse caso, é o PDP sobre os mecanismos códigos de proteção de direitos que também trata outros temas.

Se consideramos essa situação, como uma coisa fixa, como que se existem apenas esses dois caminhos para ele escolher, eu acho que a GNSO ou Conselho da GNSO toma uma decisão, que não esteja alinhada com o assessoramento do GAC. Então, deveríamos recomendar, que não tomem a opção um, que é a de aprovar o relatório final.

E depois, eu acho também, que deveríamos mencionar ou indicar-lhes, que devem recomeçar o trabalho. Mas se esse reinício, deveria acontecer sob certas condições. Eu acho que as perguntas do Conselho da GNSO, apontam essa direção. Quais

são as condições sob as quais o GAC e as OIGs querem que eles participem no reinício desse processo.

Eu acho que não devemos voltar ao ponto de partida, mas talvez, a época em que foi publicado esse relatório inicial ou bem antes, de fazê-lo. E eu acho que devemos aproveitar a experiência reunida em outras discussões. Eu não sei como está avançando a discussão sobre o EPDP, mas no tema da Cruz Vermelha, tivemos um problema semelhante. Ali, o Conselho já tinha decidido o que fazer o relatório final e nós tivemos que recorrer ao Bruce Tonkin, para que facilitasse o diálogo. Foi um processo muito extenso e difícil, porque o Conselho da GNSO já tinha adotado um relatório emitido, um relatório final. E deveríamos evitar esta situação. Mas podemos aprender dessa experiência também, no sentido de que o grupo de trabalho do PDP sobre a Cruz Vermelha foi reiniciado e houve seis ou sete membros da GNSO e dois do GAC. Inclusive, o nosso colega Stephen Hankins e outros da Cruz Vermelha. E o que modificou o espírito desse grupo de trabalho foi que os outros membros, fizeram realmente um esforço para entender quais eram as necessidades e interesses e direitos da Cruz Vermelha em virtude do direito internacional e a política pública. E isso permitiu chegar a uma solução intermédia.

Então, resumindo, uma discussão equilibrada permitiu chegar a um processo mais amigável, quanto a adoção. Obrigado.

MANAL ISMAIL: Obrigado, Jorge. Obrigado também por passar todos, dar todos esses elementos para analisarmos até amanhã.

Devemos continuar avançando para tratar o .amazon. Não sei se Kavouss tem alguma intervenção breve.

KAVOUSS ARASTEH: Sim, breve. Temos que entender os processos e procedimentos de cada um de nós. Está o assessoramento do GAC e o PDP. E cada um de nós segue por um caminho, um especial. Eu acho que a forma mais adequada nesta instância, de solicitar ou estar a que não se chegue a uma votação para aprovar este tema, é deixar o espaço para o diálogo. Eu tenho certeza, de que vamos chegar a um nível de entendimento através do diálogo. Mas pedir, que não votem ou apresentar a monção do voto ou sobre o novo PDP, é uma coisa que devemos discutir mais. Temos que entender a posição de cada um.

MANAL ISMAIL: Obrigado, Kavouss. Este é o tipo de discussão, que temos que ter com a GNSO no dia de amanhã. Ghislain seja breve, por favor.

GHISLAIN DE SALINS: Eu quero dizer que França continua apoiando o trabalho das OIGs e o trabalho feito, em especial, Brian da OMPI. Estou de acordo também para que conste nos registros. Com que definitivamente, não devemos aceitar a opção 1, de maneira ideal, deveríamos chegar até a opção 2. Mas eu acho que o GAC, pensa que há outra solução [inaudível]. Mas a reunião de amanhã com as OIGs vai ser um bom momento para discutir este assunto.

Podemos continuar, então, discutindo isto amanhã. Em outras reuniões também com as OIGs. Obrigado.

MANAL ISMAIL: Obrigado e passo a palavra...

DESCONHECIDO: Peço desculpas. Eu quero fazer uma pergunta. Estamos falando da proteção das OIGs para TLDs de dois idiomas? Eu gostaria de saber qual é o estado da situação deste tema?

MANAL ISMAIL: O senhor está perguntando quais são os dois idiomas?

DESCONHECIDO: Sim, dois idiomas ou mais de dois idiomas.

MANAL ISMAIL:

Cada OIG pode escolher dois idiomas da sua preferência. Se precisa de mais informações sobre este ponto, podemos disponibilizar depois desta reunião. Se quiser, cada OIG pode escolher dois idiomas da sua preferência. Não há qualquer idioma pré-estabelecido.

Poderíamos agora, sim, passar ao seguinte tema da agenda, o .amazon? Muito obrigado, Brian.

Então, de forma breve, eu quero aproveitar esta oportunidade para que os países apresentem a sua posição aqui. É muito difícil, passar informação de um processo que leva quase 7 anos. Tudo está disponível, todas as comunicações, notas, observações, intercâmbios. Nós podemos dar referências através ou para esses colegas, que querem saber mais, podem perguntar.

Mas, por enquanto, eu acho que todos sabem também, o que está acontecendo com a questão do .amazon. Há uma solicitação apresentada pela companhia Amazon e os países, que estão na zona da Amazônia tem preocupações ao respeito. Há dois países que pediram, especialmente os que tem a ver com a organização do tratado para cooperação amazônica, querem uma prorrogação sobre a delegação do .amazon. E reconheço os esforços para facilitar esse ponto. O Board, amanhã de manhã, vai tratar este tema para ver como se avança. O Board está comprometido a um processo justo e transparente, que leva em

conta o interesse público das pessoas que moram na Amazônia. E o Board também reconhece que a companhia Amazon participou e apoiou decisões que tem a ver com a delegação do .amazon. De boa fé, esperar chegar a uma solução, que seja aceitável para todas as partes, nos próximos meses.

Então, este é o tema com o Board. E também recebemos hoje de manhã, duas cartas compartilhadas com a lista de distribuição do GAC. Uma é do Brasil, enviada em nome do Brasil, Colômbia e Peru. E outra carta do Equador, em nome dos países membros do OCTA. O Board deliberou hoje. Amanhã tem uma reunião do Board também. E esta é a situação atual deste tema.

Também recebemos uma proposta para uma redação de uma parte do comunicado e agradeceria que botem aqui na tela. Esta é uma proposta do Brasil, Colômbia e o Peru. Eu não sei se querem que falemos dessa parte do comunicado? Da redação?

BRASIL:

Peço desculpas, porque talvez seja um pouco extenso. Mas eu acho que é útil, estabelecer quais são os principais problemas aqui. O GAC reconheceu o maior através que a cadeia de caracteres de .amazon, não é como outro tema de qualquer domínio de alto nível, porque esta companhia sabe que essas cadeias de caracteres tem uma especificidade especial. Houve uma reunião com a companhia, onde se reconheceu a

necessidade de desenvolver uma solução mutuamente acordada, aceitável.

Em 2017, nós como GAC, decidimos que tínhamos que pedir ao Board, com a ajuda das partes, chegar a uma solução mutuamente aceitável para solicitação de .amazon.

E na fundamentação dessa assessoria, eu vou citar, o GAC reconhece a necessidade de encontrar uma solução mutuamente aceitável para os países afetados e a sociedade Amazon, para a delegação de .amazon, como um domínio de alto nível. Final da citação. Essa nota de 2018, como resultado de um trabalho diplomático dos países da OCTA. Chegaram a um consenso, para uma solução aceitável, mutuamente aceitável dos caracteres de .amazon.

Para o final do ano passado, enviamos uma nota ao Board com dois pontos específicos. Em primeiro dizer que estávamos decididos a aceitar uma solução para a delegação da cadeia de caracteres de .amazon, no que tem a ver com o conceito de governança compartilhada. E em segundo lugar, que tínhamos que ter a oportunidade de encontrar-nos e debater com o presidente da ICANN, para aprofundar ainda mais sobre um modelo aceitável dessa governança compartilhada. Infelizmente, não tivemos uma resposta da ICANN sobre o particular e o Board. Depois da reunião de Barcelona, finalizou

esse processo antes de que começasse. Nós levamos em consideração esta resolução e vemos como o Board tomou esse decisão. Queremos ver como tomou a decisão.

Há um mês, recebemos uma nota e foi apenas aí, onde o Board admitiu que a resolução sobre este tema não tinha clareza, qualquer clareza. Se esclareceu algumas condições específicas para entrar em acordo e dialogar com os outros oito países envolvidos neste tema. Depois se pediu ao Diretor Executivo, se reunir no Brasil junto com os outros países da Amazônia, como para trabalhar numa solução mutuamente aceitável para cadeias de caracteres de .amazon.

O diálogo, por vários motivos, não aconteceu no breve período outorgado, que foi menos de um mês. Mas a pesar do fato de que a ICANN não debateu este tema, o Board, para finais dessa semana, vai decidir sobre esse tema de .amazon. Nós queremos falar, com este tema com o presidente e falar dessa questão da governança compartilhada. Há vários pontos para mencionar, o primeiro tem a ver com uma disposição, que tem a ver com o controle do domínio de alto nível e o controle. Em segundo lugar, o que tem a ver com nomes geográficos, referências culturais, políticas e [inaudível] da natureza. Em terceiro lugar, o Comitê de governança vai se estabelecer entre os oito países da Amazônia para poder falar sobre estes temas e Amazon Inc. vai poder também aumentar o seu número de domínios de segundo nível.

Em 2015, um documento antes mencionado, a companhia em si também apresentou uma solução nesse sentido. Esta proposta foi substancialmente diferente daquela que o presidente da ICANN, sem debater a anterior, colocou como satisfatória, perante aos oito países da Amazônia. A companhia daria então, alguns domínio de segundo nível. Então, quando o GAC falou sobre uma solução mutuamente aceitável, no comunicado de Abu Dhabi e retirado em Barcelona, não foi cumprido. Então, o sistema de governança da internet vai ter uma decisão unilateral. Hoje, na reunião de boas-vindas, se apresentou uma questão sobre se o Board, alguma vez tinha contestado ou rejeitado um assessoramento do GAC. A resposta foi nunca. Não gostaríamos de que essa resposta mudasse no futuro próximo com relação ao .amazon. Nós não estamos buscando uma compensação financeira e nós também não queremos concessões [inaudível] para utilizar um, dois ou oito domínios de segundo nível. Mas a oferta de compartilhar o TLD com Amazon.inc é uma solução intermédia, a qual chegamos no ano passado. Então, aqui há dois pontos para destacar. Em primeiro lugar, temos que encontrar uma proposta prática e implementar esta solução, como para chegar a este acordo de forma compartilhada. E em segundo lugar, temos que resolver este tema de forma rápida. É por esse motivo, que queremos que o GAC recomende ao Board, que nos dê a oportunidade para chegar a uma solução mutuamente

aceitável para as solicitações de .amazon que tem a ver com a implementação do assessoramento prévio do GAC. Obrigado.

MANAL ISMAIL:

Muito obrigado, Embaixador Achilles. Algum outro pedido? Está Göran Marby, depois Estados Unidos. GÖRAN MARBY: Obrigado. Quero fazer comentários também em nome do Board. Em primeiro lugar, dou boas-vindas ao Embaixador ao GAC e ICANN. E posso entender, que é algo do que estivemos falando nos últimos sete anos, mas nem tudo tem sentido. Então, vou passar, vou fazer um passo para trás. A assessoria do GAC, que tem a ver com o .amazon, é que nós vamos facilitar o debate entre as partes interessadas. Nós começamos isso imediatamente junto com os países. Acho foi na primeira reunião em Abu Dhabi. E o embaixador sabe, muitas vezes, que se falou sobre o avanço nessas deliberações diante do GAC. A proposta que surgiu, se realizou entre debates, discussões entre os países facilitados pela organização ICANN.

A decisão tomada foi com base nessas deliberações. O Board me deu a faculdade para me reunir com os países de OCTA e chegar a um debate com esses países de OCTA e depois, ver qual a decisão final, que vai tomar o Board. O Board não modificou a sua decisão, mas atualizou sobre o pedido realizado. Eu, duas vezes, comprei tickets para um voo com OCTA. Da primeira vez, foi

depois de Barcelona, mas isso foi cancelado depois da resolução e disseram que tinham continuar negociando. A segunda vez que comprei passagens, era para ir a uma reunião no Brasil, junto com os países da OCTA. Aproximadamente, faz um mês. Na semana passado, o Brasil, como país, se aproximou de nós, depois disso. E queria ter um debate individual.

Acho que o GAC tem que lembrar que o Brasil, antes do final do ano passado, me criticou por ter falado diretamente com o Brasil. Então, depois entraram em contato conosco e disseram que estava bem falar com o Brasil. Quando recebemos essa informação, enviamos isso para OCTA, porque queriam se reunir conosco esta semana e reconhecíamos a urgência. Mas realmente, eles não podiam se reunir conosco.

Então, o Board colocou numa declaração que sim, que queria chegar a uma solução, que fosse mutuamente aceitável para a companhia Amazon e os países. E nós continuamos fazendo isso. Estivemos fazendo isso nos últimos 15 meses. Posso entender que o embaixador brasileiro não conhece todo a integração que se deu nesta sala junto com os outros países. E realmente, posso comentá-lo, quando o momento se der. Agora, o tipo de discussão surgida tem a ver com a discussão entre Amazon (a companhia) e os países. E os países não tinham dito nada a esse respeito. Então, isto é para ter uma ideia da intenção da ICANN. E não fazer isto fácil. Mas que seja adequado. E por isso, que

construímos uma maneira adequadamente, uma forma em que realmente, tenho que admitir que a companhia Amazon ajudou a encontrar um caminho para chegar a uma solução que tem a ver com os nomes de domínios. Estabelecer uma lista de domínios, que não possam ser utilizados, para também garantir que o .amazon também não seja utilizado contra o patrimônio cultural da região. Espero que essa discussão possa finalizar com isso de quem foi, quem fez e que seja algo benéfico para aqueles que moram nessa área.

MANAL ISMAIL:

Tem o Estados Unidos e depois, Colômbia.

ESTADOS UNIDOS:

Sou Ashley, representante dos Estados Unidos. Não vou entrar em detalhes sobre quem disse o que, mas vou responder ao assessoramento do GAC. Também quero fazer um pouco de história sobre como surgiu isso, como a assessoria do GAC foi atualizada. Em primeiro lugar, quero dizer que em julho de 2013, os Estados Unidos se abstiveram de uma decisão do GAC para objetar a cadeia de caracteres de .amazon. Apesar da nossa política de que continua vigente, os Estados Unidos não vê que a soberania seja a base legal sólida para objetar esse tipo de delegações. E não vemos um consenso internacional, que

reconheça o direito de alguns países a certos reconhecimentos, esse consenso.

Também reconhecemos que queríamos que existisse um debate com as partes interessadas. Isso foi faz seis anos. Em Abu Dhabi, faz mais de um ano. Os Estados Unidos apoiou a assessoria do GAC e pediu a ICANN, que ajudasse a facilitar essas conversas para chegar a uma solução mutuamente aceitável. Mas nesse ponto, já os Estados Unidos não podem apoiar uma assessoria do GAC, porque já não é um problema do GAC. Mas é um problema. E eu sugiro que os países da Amazônia continuem essa negociação com a Amazon Inc, que é o solicitante. E nós achamos que esses temas podem ser abordados. Agora, o processo tem que continuar. Esse é o momento, em que tem que fazê-lo. E acho que a ICANN, que temos que confiar nos procedimentos da ICANN, para que avancem. Esse é o momento. Quero deixar claro, que os Estados Unidos já não vai apoiar essa posição em outra assessoria do GAC.

MANAL ISMAIL:

Obrigado, Estados Unidos. Colômbia tem a palavra.

COLÔMBIA:

Sou Ivan da Colômbia. Vou ler uma declaração e vou fazer em espanhol. A delegação da República da Colômbia deseja

agradecer ao GAC, esses espaço para mencionar de forma pontual, algumas ações adiantadas com relação a solicitação delegação do gTLD .amazon frente ao que os oito países, que constituímos a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. Manifestamos desde o início, a nossa firme recusa, a aprovação por parte de terceiros dos nomes geográficos dos estados parte da OTCA, sem o devido consentimento dos países amazônicos. Com relação a esse particular, a posição unânime dos oito países da OTCA a essa recusa, se fez expressa através de duas declarações do Ministro das Relações Exteriores. A primeira, 3 de maio de 2013 e a segunda, de 1 de dezembro de 2017, que foram recentemente referendadas no documento, resultado da reunião extraordinária do Conselho de Cooperação Amazônica, reunido em Brasília a 27 de agosto de 2018. E enviada as autoridades da ICANN, no qual se reafirmou que o topônimo Amazon, se refere a uma região geográfica, que representa o patrimônio integral dos países que a constituem, que a delegação do gTLD, que os países devem dar a sua aprovação, que esses países tem que fazer parte dessa decisão. E tudo isso para facilitar um diálogo nesse sentido. Se [inaudível] esclarecer, que a reunião com o CEO da ICANN não se pode levar a cabo, devido principalmente, a situações políticas na região, que não permitem que se chegue ao consenso requerido pela OTCA, como organização, para tomar qualquer decisão em nome da organização. O que não significa, que os países estejam dispostos

a ceder a sua pretensão dos direitos sobre essa denominação geográfica.

Também devido as dificuldades decorrentes da resolução do Board de 2018, que levou a formulação de recurso de reformulação por parte dos países. Em adição a essas gestões, que de maneira conjunta realizamos com países amazônicos, a 4 de março passado, as autoridades dos Ministérios em nome do governo da Colômbia enviaram uma nota ao Presidente e ao Secretário Executivo da ICANN, na qual reiteram a profunda preocupação da Colômbia sobre a necessidade de proteger os interesses culturais, econômicos, sociais e ambientais de uma zona, área altamente sensível para o mundo. Frente a essa alocação do .amazon e que isto se leve a cabo. Queremos salientar a importante tarefa, que se dá no grupo de trabalho sob denominações geográficas, motivo pelo qual não vemos coerência por parte da corporação. Pretender tomar uma decisão definitiva de um processo, onde se alega por parte de diversos estados, que o solicitante pretende atribuição de nomes geográficos em considerar o resultado das decisões do grupo de trabalho. Aproveitamos essa oportunidade para chamar a atenção aos países que constituem esse comitê a respeito da necessidade preservar a posição multi-stakeholder na tomada de decisões. Nesse tema, se quebraria de forma definitiva, beneficiando os interesses de um dos atores e em prejuízo da voz

oito estados soberanos, que de forma unânime se opõem a uma decisão da corporação, sem contar com uma solução mutuamente aceitável.

Caso pontual, Amazon, mais do que um caso isolado, é um antecedente péssimo, para aqueles que em futuras ocasiões, os estados queiram preservar os seus interesses perante aos outros atores do sistema. Se queremos aproveitar a oportunidade para fortalecer os interesses dos estados. Precisamos do apoio dos países presentes para estudar e referendar a solução e chegar a uma solução final no que diz respeito ao domínio .amazon para uma futura resolução do GAC.

MANAL ISMAIL:

Obrigado, Colômbia. Tem a palavra, outro representante.

ISRAEL:

Sou a representante de Israel. Estou acompanhando este tema há bastante tempo e eu acho que todos reparamos que já representa uma carga importante e também, estava escutando o resumo histórico que fez aqui, o colega. E eu quero apoiar os comentários, a participação dos Estados Unidos. Eu acho que a solicitação de Amazon é um tema, que tem que ser resolvido pela ICANN, por Amazon e pelos países da região amazônica. Eu acho

que este já não é um tema, que deva ser tratado pelo GAC.
Obrigado.

MANAL ISMAIL: Obrigado, Israel. Argentina, por favor.

OLGA CAVELLI: Obrigada, Senhora Presidente. Este processo levou bastante tempo e a Argentina considera, que é razoável fazer outra tentativa. A Argentina considera ou acha que é um problema do GAC, porque este caso em especial do Amazon, envolve oito países da região amazônica. Mas há outros casos, que foram resolvidos de outra forma, mas que também apresentavam alguns problemas anos anteriores, depois da primeira rodada do novos gTLDs.

Como a distinta colega da Colômbia disse, nós tratamos este tema no grupo de trabalho do GAC sobre nomes geográficos, tentando chegar a uma solução razoável, com ideias razoáveis para tratar, chegar a uma nova rodada de gTLDs com menos problemas e objeções. Então, vemos que existe um valor nesse grupo de trabalho, mas também no GAC e na Área de Trabalho 5 do PDP, que está desenvolvendo a GNSO, para considerar este tema e num esforço intercomunitário, que também discutimos hoje de manhã e que vamos discutir no dia de amanhã nesta sala.

Portanto, a Argentina considera ou pensa que seria muito positivo para todas as partes, para a ICANN, para a empresa e para os países amazônicos. Tratar de encontrar uma solução, que é o que estão solicitando agora. E não tirar este tema do seio do GAC. Pensamos que este problema desses países é um tema vinculado com a soberania e os valores dos seus nomes. E deste nome em especial para aqueles países. Obrigado.

MANAL ISMAIL:

Obrigado. A Comissão Europeia, depois Suíça está solicitando a palavra.

Comissão Europeia?

COMISSÃO EUROPEIA:

Obrigado, Senhora Presidente. [inaudível] da Comissão Europeia. Eu quero aqui, manifestar que a Comissão Europeia compartilha o princípio geral de que os nomes correspondentes a áreas geográficas, os domínios de primeiro nível, que utilizam esses nomes deveriam ser delegados sem objeções das autoridades nacionais e internacionais envolvidas. E sabemos que essa discussão precisa chegar a um acordo dentro de algum nível da ICANN. Mas quero também destacar como mencionou a representante da Argentina, que existiram instâncias no passado, onde chegamos a soluções bem-sucedidas, como é o .wine ou

champagne, que também são indicadores geográficos. Depois de uma longa discussão, estabelecemos uma resolução a nível do GAC para este tema. Então, talvez, poderíamos aproveitar o que já funcionou e que talvez, não funcionou.

O que não funciona é continuar com esta ideia de ver quem fez ou que não fez tal coisa. Isso não funciona. Quem cumpriu ou não, as instruções. Quem fez, que coisa.

Eu acho que seria importante, chegar a um diálogo construtivo. E o que é muito importante, é colocar um prazo para realizar algumas reuniões com uma possibilidade ou uma chance de chegar a uma resolução do tema. E identificar também os interlocutores correspondentes, seja os países da OTCA ou com as Secretarias da OTCA e a companhia Amazon, por outra parte ou pela outra parte.

Recebemos com agrado, a chance de encontrar uma solução. Nós sabemos que é um tema difícil e que está se estendendo, mas seria possível sentar todas as partes na mesa e começar esse diálogo e deixar de ver quem foi responsável daquilo que não foi bem feito no passado.

MANAL ISMAIL:

Obrigado, Comissão Europeia. Agora, Suíça.

JORGE CANCIO:

Obrigado, Manal. Eu sou Jorge Cancio, em nome da Suíça, para que conste nos registros. Eu acho que [inaudível] da Comissão Europeia. Basicamente, fez a intervenção sobre os pontos, que eu queria mencionar aqui. De forma mais eloquente, é claro. Simplesmente, eu quero destacar, alguns aspectos. Por uma parte, devido a motivos que são externos a vontade de negociar das partes, houve um período muito extenso até que o IRP tomou a decisão de que este tema tinha a ver com coisas, que estavam [inaudível]. Nós não estávamos negociando, facilitando uma negociação dos últimos anos. Mas nos últimos 18 meses, começou este debate.

O assessoramento do GAC, que vale desde a reunião de Abu Dhabi, há três ou quatro reuniões dependendo de como contemos. Falamos aqui de um período de mais de ano. Se pensarmos no problema central desse assessoramento, aí se solicita um procedimento, uma discussão com uma facilitação sobre um tema principal, para chegar a uma solução mutuamente aceitável. Eu acho que esse princípio continua sendo válido. Por sua vez, entendo que seria útil, vou colocar um prazo estreito, pelo menos, se o GAC vai pedir alguma coisa ao Board. Teríamos que levar em conta essa questão do prazo. E se eu escuto os Estados Unidos e a colega do Israel, nas suas intervenções, este é um dos temas que deveríamos tratar. É

questão de ter um diálogo, que esteja bem limitado com um tempo definido.

Uma coisa que já foi mencionado pelo colega do Brasil e pela Comissão Europeia, então se podemos incorporar todos esses elementos, um possível assessoramento, um acompanhamento de um assessoramento dado antes. Eu acho que seria possível chegar a um nível de acordo. Porque no final das contas, este é um acompanhamento de um assessoramento, que demos apenas há três reuniões. E na verdade, não deveríamos perder a oportunidade de chegar a uma solução mutuamente aceitável neste tema. O resultado se fosse positivo, seria um precedente muito positivo para toda a comunidade.

MANAL ISMAIL:

Obrigado, Suíça. Eu acho que estamos tendo aqui, uma conversa importante. Então, eu vou permitir que continue as intervenções. Um receso de 15 minutos, vamos utilizar para essa discussão e vamos deixar e parar o tema às 17:00h.

KAVOUSS ARASTEH:

Obrigado, Manal. Eu acho que a solicitação do Brasil e de todos os países, dos oito países é legítima. O que disseram, se vocês leem esta última linha, é que buscam uma solução mutuamente aceitável. Não quer uma solução, que seja aceitável para alguns

países ou para a empresa Amazon, mas querem soluções que sejam mutuamente aceitáveis. Para esta cadeia de caracteres, para esta solicitação, eu nunca escutei ninguém manifestar a sua opinião contra as negociações ou a vontade de chegar a uma solução mutuamente aceitável. Então, poderíamos ter algumas modificações leves e dessa forma, poderíamos avançar com a solicitação do Brasil. Estou de acordo com a Suíça. Talvez, não deveríamos deixar um prazo indefinido para esta discussão. Talvez, deveríamos dizer que num prazo razoável, que seja aceitável para as partes, isso deveria acabar.

Mas acho que ninguém pode falar que esta não é, este tema não está vinculado ao GAC. Se não está vinculado ao GAC, não sei onde vai ser discutido, em Marte ou em outro universo? Isto deve ser discutido aqui. Esta é uma solicitação legítima e com algumas modificações, eu acho que poderíamos modificar este ponto durante o recesso e colocar, talvez, um tempo definido.

MANAL ISMAIL:

Passo a palavra para a França.

GHISLAIN DE SALINS:

Eu estou de acordo com o representante do Irã. O GAC sempre favoreceu as discussões e as negociações. Esta é a tradição, que mantemos no GAC. Me surpreendeu um pouco, talvez não foi a eleição adequada de palavras, do Diretor Executivo da ICANN, quando disse que perdemos todos esses meses. Eu acho que não

perdemos. Se as discussões, se as negociações são uma perda de tempo, então já não deveríamos estar aqui nas reuniões da ICANN ou do GAC. Geralmente, é bom negociar e chegar a uma solução mutuamente aceitável. Então, eu acho que como disse a Argentina, esta é uma solicitação razoável. Há um ponto central. Alguns membros do GAC que tem uma percepção de que os nomes geográficos e o patrimônio cultural são temas de muita importância.

Eu acho que o GAC e os governos estão numa posição legítima para dar o assessoramento nesta matéria. A Comissão Europeia lembrou também que os nomes de importância geográfica poderiam ser delegados, se não existe uma objeção das autoridades envolvidas. Mas eu acho que isto tem sentido para a França, poder, de fazer outra tentativa para discutir este tema. Especialmente, a proposta da Suíça é boa para chegar a um compromisso, quanto a dar suficiente tempo a discussão, mas com um prazo, talvez mais definido.

MANAL ISMAIL:

Obrigado, França. Colômbia... Peru? Desculpem.

ANTONIO MIRANDA:

Antonio Miranda do Peru. Vou falar em espanhol só para reiterar o apoio do meu país a proposta apresentada pelo Brasil, em

nome dos países, que constituem o Tratado de Cooperação Amazônica. Acho que todos os países membros do OTCA estamos logicamente a favor de continuar com o diálogo e a negociação pelas partes envolvidas, nesse caso com a Amazon, reconhecendo o trabalho que tem que desempenhar a ICANN, e em particular, o seu presidente, CEO. É por isso, que esperamos uma decisão sobre esse particular do Board e que seja adiada até conseguir o que se procura, que seja um ponto aceitável para as partes. Não como indicaram, não é questão de achar uma solução aceitável apenas para os nossos países e sim, para todas as partes. E a importância que reveste o tema, pelas diversas arestas incluindo políticas sociais, econômicas para nossa região. Com certeza, servirá de precedente para o futuro em casos similares. Muito obrigado.

MANAL ISMAIL:

Obrigado, Peru. Estados Unidos e depois, Göran.

É uma resposta direta ao Estados Unidos, que permite que passe a palavra para Göran.

GÖRAN MARBY:

Quero esclarecer, eu nunca disse que nós perdemos 15 meses. Vou verificar a transcrição, acho que foi um mal-entendido. Então, espero que isso faça com que se sintam melhor.

MANAL ISMAIL: Obrigado, Göran.

ESTADOS UNIDOS: Agradeço que haja tanto interesse e tanta vontade para chegar a uma solução mutuamente aceitável. E tenho que estar de acordo com todos vocês. E o que estou tentando dizer é que o GAC, já não deveria ser mais o veículo para essa discussão. Encorajo os países da cooperação amazônica, a que falem diretamente com o solicitante. Não fica claro, quanto progresso se conseguiu nos últimos 18 ou 15 meses. E não sei qual é o valor de continuar envolvendo o GAC, principalmente, fazendo referências, assessorias prévias do GAC. E tenho que objetar isso, porque reservamos o direito dos Estados Unidos a voltar esse tema.

Então, acho que as duas partes deveriam estabelecer esse diálogo em lugar de estar nós no meio, para poder conseguir um resultado. Iniciar a conversa e sem que nós estejamos no meio dessa situação. Obrigada.

MANAL ISMAIL: Obrigado, Estados Unidos. Dinamarca e depois, temos que encerrar a sessão.

DINAMARCA:

Obrigado, Senhora Presidente. Do ponto de vista do governo danes, é claro que gostaríamos de ver, que se chegue a uma solução mutuamente aceitável. Estivemos trabalhando assim e esperamos que ou teríamos querido que isso se solucionasse faz um tempo. Embora, não tenha sido possível. Sabemos que a decisão do IRP foi tomada faz um ano e meio. E a ICANN, assim que possível, depois de tomar uma decisão do IRP, deveria agir imediatamente.

Então, de um lado, acho que devemos ajudar a tomar uma decisão. Por outra parte, temos um processo e temo que manter os processo, que acordamos, sustentar com a comunidade.

A melhor opção seria que as partes envolvidas conversem entre si, entre elas e por que não aproveitar a oportunidade dessa reunião aqui? Não sei porque não seria possível, se o GAC estivesse envolvido, então veríamos a possibilidade de estabelecer um prazo muito, muito limitado. Não estou falando nem sequer da próxima reunião da ICANN, mas de poucos meses, para achar uma solução. Porque se nesse prazo não se pode chegar a uma solução, não podemos continuar com essa discussão para sempre. Os procedimentos devem ser seguidos e o Board tem que tomar uma decisão, em algum momento.

MANAL ISMAIL:

O Reino Unido pediu a palavra e é a última intervenção.

REINO UNIDO:

O Reino Unido apoiou durante muito tempo, as disposições no Guia do Solicitante de 2012, porque achava, acreditava que essa era uma solução intermediária equilibrada. Mas não achamos, que os governos tenham direitos inerentes sobre todas as palavras ou direitos geográficos. Entendo que isso desperta sentimentos muito fortes, de grande sensibilidade. mas há uma séria preocupação sobre quanto tempo está levando essa questão. Houve muita demora e continua aumentando a confusão.

Também estamos muito preocupados com o rascunho desse fragmento do assessoramento, que aparece na tela, que parece conduzir ainda uma demora mais indefinida. O embaixador do Brasil falou de um prazo definido, mas aqui nessa redação não diz nada, a respeito. Não estamos convictos de que precisemos de uma assessoria. Mas se vamos aceitá-lo, como o colega da Dinamarca, temos que colocar um prazo bem específico, limitado. O tema não pode continuar se discutindo para sempre. Obrigado.

MANAL ISMAIL:

Antes de continuar, temos que completar, concretizar os milestones. Ao finalizar essa semana, espero que tenhamos, ver os resultados e esperar. Porque acho que, suponho que as partes

em questão, possam continuar com esse diálogo construtivo. E continuar com o que nós podemos chamar de planos concretos ou balizas para chegar a uma solução mutuamente aceitável.

Vou parar por aqui. E agora temos a reunião com o grupo de trabalho do NomCom. Então, Olga, peço que venha para a frente. E obrigado a todos pela participação ativa.

[FIM DA TRANSCRIÇÃO]